



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

POSITIVISMO, FENOMENOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL: CRÍTICA ÀS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO CONSERVADORISMO

Jorge Vinícios Silva Gondim¹
Josinete de Carvalho Bezerra²
Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa³

Resumo: O texto abaixo discute a influência do positivismo e da fenomenologia no Serviço Social, em seu processo de consolidação no Brasil. A metodologia do estudo nutriu-se de uma revisão bibliográfica, em livros e artigos científicos, no Serviço Social e áreas correlatas, como a filosofia e a sociologia. A dimensão conservadora das matrizes teóricas, alinhadas com o avanço das ideias neoliberais no país, são debatidas ao final do texto, com o objetivo de contribuir para a construção de um debate profissional e acadêmico crítico, enfatizando a emergência do desenvolvimento de estratégias de enfrentamento na atual conjuntura.

Palavras-chave: Positivismo; Fenomenologia; Serviço Social; Conservadorismo; Questão Social.

Abstract: The text below discusses the influence of positivism and phenomenology in Social Service, in its consolidation process in Brazil. The methodology of the study was nurtured by a bibliographical review, in books and scientific articles, in Social Work and related areas such as philosophy and sociology. The conservative dimension of theoretical matrices, aligned with the advancement of neoliberal ideas in the country, are discussed at the end of the text, with the aim of contributing to the construction of a critical professional and academic debate, emphasizing the emergence of the development of coping strategies in the current situation.

Keywords: Positivism; Phenomenology; Social Work; Conservatism; Social Issues.

1. INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado é oriundo das reflexões desenvolvidas no decurso da disciplina “Serviço Social e Questão Social”, componente curricular do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Os espaços de debate proporcionaram a reflexão sobre uma gama de elementos que se articulam ao debate sobre a Questão social, não só no Serviço Social, mas em outras ciências como a economia, a história e a filosofia.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <jviniciosfenty@gmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco.

Dessa forma, o objetivo do presente texto é desenvolver uma análise acerca do positivismo, da fenomenologia e a relação com o Serviço Social, ao longo do processo de consolidação da profissão e do seu exercício, influenciadas pelas dinâmicas de tais matrizes. Outrossim, o debate acerca do Conservadorismo será resgatado, como subsídio para uma análise crítica das influências das matrizes teóricas na dinâmica do Serviço Social, mas também no debate da Questão Social.

Essa recuperação histórica nos permite entender os traços conservadores no tratamento da Questão Social e suas expressões na atualidade. Bem como, compreender quais as implicações para a atuação do Serviço Social na conjuntura posta em que os direitos sociais dos trabalhadores estão sendo expropriados (MOTA, 2017).

Visando abrandar a compreensão, mantendo uma cronologia histórica e teórica, o texto apresentado, segue dividido em três itens, além das considerações finais. A divisão possibilita uma apreensão mais completa das questões postas nos debates, além de delinear a elaboração da síntese em tela.

Iniciaremos o escrito com o debate sobre a fenomenologia e o positivismo, apresentando alguns elementos teóricos que confluem para a construção de argumentos acerca das influências dos mesmos no Serviço Social, que será o objetivo do segundo item do texto, resgatando elementos históricos visando esclarecer algumas lacunas existentes no debate profissional. Findamos o texto enfatizando a emergência de estabelecer estratégias e análises críticas diante da cena contemporânea, tendo em vista o preocupante avanço do conservadorismo, e retorno a ideários que precisam ser superados e debatidos amplamente por toda a categoria. Nesse sentido, é importante destacar que, esse debate precisa estar localizado, essencialmente, no conflito capital-trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

2. FUNDAMENTOS DO POSITIVISMO E DA FENOMENOLOGIA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

De acordo com Netto (2001) a expressão: “Questão Social” emerge na terceira década do século XIX, para dar conta da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra, o fenômeno do pauperismo: a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (NETTO, 2001, p. 43). Diante desse cenário de pauperismo podemos destacar dois entendimentos teórico-metodológicos que emergiriam para a compreensão da Questão Social: 1) resignação, baseado no pensamento de Auguste Comte (1798 – 1857) - positivismo, e 2) a perspectiva supressão da ordem burguesa, baseado no pensamento de Marx e Engels.

Aliado ao conservadorismo, o positivismo emerge como autodesignação positiva nos escritos de August Comte, oferecido como uma “filosofia para acabar com todas as filosofias”. O positivismo tornou-se um termo de acusação polêmica, quando não insultuoso, na ciência social contemporânea. Assumiu uma multiplicidade de significados, de modo que existem quase tantas definições de positivismo quantas as críticas de que é alvo. Em seu mais amplo sentido filosófico, o positivismo refere-se à teoria do conhecimento proposta por **Francis Bacon, John Locke e Isaac Newton**, a qual afirma a primazia da observação e a busca da explicação causal por meio da generalização indutiva.

Três amplas tradições sucessivas do positivismo podem ser esquematicamente distinguidas: **a francesa, a alemã e a americana**. A linhagem francesa origina-se com Comte e o seu mentor Saint-Simon, e está exemplificada da melhor maneira, pela sociologia de Émile Durkheim. A ambição de Comte era fundar uma ciência naturalista da sociedade, capaz de explicar o passado da espécie humana e predizer o seu futuro aplicando os mesmos métodos de investigação que tinham provado ser tão bem-sucedidos no estudo da natureza: **observação; experimentação e comparação**. Comte criou o termo **sociologia** para designar a ciência que sintetizaria todo o conhecimento possível, desvendaria os mistérios da estática e da dinâmica da sociedade, e orientaria a formação do governo positivo.

Outro teórico importante para o positivismo é **Emile Durkheim** que abandonou a substância da filosofia de Comte, mas reteve o seu método, insistindo na continuidade lógica entre as ciências sociais e naturais e na aplicação à sociedade do princípio de causalidades naturais.

É possível verificar que o pensamento de Saint Simon e Auguste Comte estabelecem que a ordem é a harmonia social. Eventos históricos como: a Revolução Francesa (1789) e a Comuna de Paris (1871) são compreendidos como períodos de desordem e que provocavam a desarmonia. Assim sendo, analisar o desenvolvimento destes respectivos eventos e suas particularidades é imprescindível na compreensão das especificidades deste período histórico. A Revolução Francesa (1789), por exemplo, foi um importante divisor de águas entre o conhecimento teológico e o conhecimento positivo. Dessa forma, podemos compreender que o conhecimento positivo é o real que pode ser observado. Embora não nos vinculando a essa perspectiva teórica, não podemos deixar de destacar que o positivismo foi uma importante teoria que possibilitou o desenvolvimento de outra explicação de mundo por meio de base científica e não mais baseada apenas na religião ou mero senso comum.

Assim, o conhecimento humano pode ser dividido em três estágios: Estado teológico: caracterizado como aquele baseado na religião; Estado metafísico: busca o fenômeno; Estado positivo: o científico – fundamento das ciências naturais. O positivismo busca a harmonia e a ordem social a partir da razão, entendendo que: a fisiologia social deve estudar o homem nas suas relações sociais, que o conhecimento é estático e dinâmico (ordem e progresso) e, portanto, em a função de manter a harmonia social e promover o desenvolvimento capitalista, sendo a indústria a máxima expansão da ciência e da tecnologia.

Já os bons espíritos reconhecem unanimemente a necessidade de substituir nossa educação europeia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação positiva, conforme ao espírito de nossa época e adaptada às necessidades da civilização moderna (COMTE, 1978, p. 61).

O saber positivo naturaliza a questão social e sugere a reforma para amenizar o sofrimento do proletariado. Essa compreensão arrefece a luta de classe e os movimentos sociais, destaca o olhar para o fenômeno desvinculada do conflito de classe e fragmenta as expressões da luta de classe. Perde-se então, a visão de totalidade e passa-se a pensar em sistemas, fatos, desvinculado da totalidade da questão social. Neste contexto pode-se mencionar como exemplo contemporâneo de análises positivistas o site *Brasil Paralelo*, em

especial o pensamento de Olavo de Carvalho. Nesse sentido, cabe indagar: Qual o papel do intelectual orgânico? De acordo com o dicionário gramsciano:

ao nascer na base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe confere homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico”, de modo que “o empresário capitalista cria, junto consigo, o economista, o cientista da economia política (VOZA, 2017, p. 430).

Dessa forma, os intelectuais positivistas cumprem o papel de naturalizar as explicações em torno da Questão Social e suas expressões, tendo em vista, que a preocupação é a manutenção e defesa da ordem burguesa. A Questão Social é naturalizada, tanto pelo pensamento positivista/conservador laico, quanto pelo pensamento confessional. Em síntese, segundo Netto (2001) o pensamento social busca uma reforma moral do homem e da sociedade para preservar/ conservar a propriedade privada dos meios de produção.

Portanto, diante de inquietações como estas, torna-se cada vez mais primordial um retorno ao estudo do papel executado pelos profissionais que podem exercer a função de intelectuais no âmbito de uma sociedade que vem sendo constantemente atravessada por pensamentos e ideários que ameaçam conquistas dos trabalhadores e até mesmo, a própria capacidade de desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade sobre a qual estamos inseridos.

Ao direcionarmos as análises para a segunda matriz teórica, a Fenomenologia observa-se elementos de ruptura e questionamentos da “ciência positiva”. Contudo, é válido lembrar, que as influências da fenomenologia no Serviço Social, também se articulavam com outros elementos filosóficos, sobre maneira o Personalismo e o Humanismo integral.

Sobre esse último, proposto pelo filósofo Jacques Maritain, opondo-se a ideia de Humanismo proposta por Marx, resgata elementos neotomistas, para fundamentar uma doutrina social, preocupada com o homem. Assim, o Humanismo Integral propõe estabelecer uma metafísica cristã e reafirmar o primado da questão ontológica sobre a gnosiológica. Ou seja, o homem deve ser visto como pessoa, e suas ações devem ser concebidas dentro de uma perspectiva espiritual.

Logo, torna-se visível a vinculação das ideias humanistas de Maritain no Serviço Social, não apenas nas protoformas, mas em períodos posteriores, como no processo de reatualização do conservadorismo, como apresentaremos no próximo item.

Mas voltemos a Fenomenologia! “A busca de alternativas como ciência do vivido”, partiremos de tal afirmação para compreendê-la. Como expõe Capalbo (1987), a subjetividade apresenta-se como objeto central de investigação (em essência), distanciando-se do modelo naturalista das ciências sociais e humanas. Ou seja, a fenomenologia, visa descrever os fenômenos tais como são vividos.

Dessa forma, a fenomenologia é relativa, refletindo sobre o homem (o que importa é o sujeito social que vive a ação) e a compreensão e análise da consciência, no campo das ciências humanas. Edmund Husserl, “pai” da fenomenologia e seu principal sistematizador, afirmava que a redução fenomenológica era o resultado do (*NOEMA*), o que é vivido e o (*NOESA*), o que vivencia. Assim sendo, nas Ciências Humanas, a corrente, tem o compromisso com o significado do homem, representando uma renovação dos métodos de análise, ou uma nova abordagem e orientação, na busca da essência, através da análise da consciência (CAPALBO, 1987). Em suma, a fenomenologia almeja mostrar e descrever de forma rigorosa os fenômenos.

Dito isso, a segunda corrente, que se articula a fenomenologia, e exerce forte influência, mesmo que não seja apresentada em alguns estudos e teses, é o Personalismo. Diferenciado enquanto doutrina teológica, metafísica e ético-política, o Personalismo é uma filosofia “[...] que afirma o valor da pessoa enquanto valor absoluto. O absoluto aqui é entendido enquanto fim que dá sentido a toda organização política e social” (PEIXOTO, 2010, p. 458).

Dessa feita, para o personalismo, Deus representa o fundamento ontológico/criador de tudo, sendo ele a inteligência suprema. A pessoa, para a corrente, é vista em sua dimensão espiritual (Espiritismo) - oposição à razão – enquanto esclarecimento, por isso tece críticas ao próprio positivismo. Nessa direção, retoma a igreja, ou melhor, retorna a ideia da igreja em voltar ao seu poder, perdido com os processos revolucionários, que limitaram o seu poder junto ao estado e a burguesia.

A articulação das correntes foi resgatada especialmente nos anos de 1970, na efervescência de criação dos programas de Pós-Graduação no Brasil, servindo de ponto de partida para teses e dissertações, preocupadas em responder as demandas profissionais e na proposta de construir subsídios teóricos para o Serviço social.

Em suma, embora a fenomenologia se proponha ser para o Serviço Social e o entendimento da Questão Social uma nova proposta, as análises permanecem centradas no sujeito e nas formas como ele pode, individualmente, mudar a sua perspectiva em relação a realidade vivida. O homem e a forma como observa o mundo é o objeto de intervenção, portanto, ambas as análises teóricas se comprometem com a manutenção da ordem vigente e a invalidação da Questão Social, enquanto, um processo socialmente produzido, político, histórico, econômico, ideológico.

Portanto, debater os avanços já alcançados após o estabelecimento de teorias que seriam base para explicar a realidade vivenciada em cada período histórico, constitui-se num importante mecanismo estratégico para a construção de enfrentamento do retorno aos problemas de cunho conservador advindos de influências de corrente como as aqui analisadas.

3. INFLUÊNCIAS FENOMENOLÓGICAS E POSITIVISTAS NO SERVIÇO SOCIAL

A história do Serviço Social no Brasil nos remete a um passado não tão distante. Na ebulição dos anos de 1930, a primeira escola de Serviço Social se consolida no Brasil, vinculada ao ideário da Igreja Católica, buscando respostas às mazelas sociais em curso no período. Os fundamentos teóricos e sócio-históricos não competiam atenção central, evidenciando um caráter ainda relacionado às protoformas da profissão no país, ligada ao receituário da caridade cristã, e direcionada pela filosofia neotomista. Um detalhamento desse conjunto de fatos pode ser encontrado em Iamamoto e Carvalho (2005), ao demarcarem, além do surgimento do Serviço Social, as características das

escolas e das alunas que aí se inseriam, quase sempre oriundas das camadas abastardas da sociedade urbana da época.

Nesse contexto parece claro que o debate sobre a Questão Social, em seu sentido crítico, não figurava preocupação por parte das escolas e das alunas, muito embora, os “problemas” operários já tomassem pauta nas discussões, tendo em vista a influência das cartas encíclicas (*Rerum Novarum*, de Leão XIII e *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI), no processo formativo cristão.

Pelo tempo e intenção do artigo, não cabe retomar uma escala cronológica de evolução do Serviço Social. Basta dizer, que os processos interventivos foram ganhando feições distintas ao longo do tempo, agregando debates variados, seja no campo da sociologia, da filosofia e da política. As correntes teóricas que balizaram a intervenção do Serviço Social, ou melhor, dos/das Assistentes Sociais, fervilhavam nos planos de trabalho, requerendo um aprofundamento teórico e prático, nos diversos contextos históricos, seja com a importação de técnicas do *Social Work* (Serviço Social norte-americano), ou com o movimento de modernização, que embora não tenha acontecido de forma linear, guardou particularidades, seja na prática, ou nos fundamentos teóricos que abalizavam a mesma.

Em relação ao positivismo, nos perguntamos de que forma todos esses vetores, expostos na seção anterior, repercutem para o Serviço Social? A gênese do Serviço Social tem um entrelaçamento direto com a manutenção da ordem vigente. Na intenção de dar respostas as reivindicações das demandas da classe trabalhadora, sem que com isso perdesse a hegemonia e direção dos processos sociais, a classe dominante alicerçou a criação de profissionais que trabalhassem como agentes de impulsão do desenvolvimento do indivíduo e da comunidade.

Essa intervenção, inicialmente se deu através da Ação Católica da Igreja e depois foi ganhando estatutos de uma profissão legitimada socialmente. Assim, sem haver em seu projeto político profissional a intenção de transformação da ordem societária, havia como prevalência muito mais o objetivo de manter e ajustar aqueles e aquelas que estavam em desordem.

Nos anos 1940 e 1950 o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, bebe na fonte da psicanálise, bem como

da sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na ideia de **ajustamento e de ajuda psicossocial**. Nesse período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com supervalorização da técnica, considerada autônoma e como um fim em si mesma, e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”. Ou seja, a intervenção do/da assistente social se pautava pelo ajuste dos sujeitos para conservar a ordem, do entendimento da questão social enquanto algo natural – o sujeito pobre deveria se conformar com a sua condição, pois está no sujeito o problema da pobreza e o potencial de saída dessa condição.

Mas quais as influências da Fenomenologia, e também do Personalismo no Serviço Social? Primeiramente, por emergir vinculada ao projeto de reforma social da Igreja Católica, aonde a visão de homem e sociedade, é dada pelos fundamentos neotomistas, as influências, notadamente personalistas, na profissão fez-se presente desde a formação, até o período de modernização, exemplo clássico, é o seminário de Araxá, na década de 1960, que apresentava como plano de fundo o receituário da doutrina social católica.

Vale recordar um momento em específico da história da profissão, onde a articulação entre Fenomenologia e Personalismo, esteve no centro do debate. Como lembra Netto (2011), o processo de reconceituação do Serviço Social no Brasil, esteve marcado por três grandes direções: 1) a **Modernização conservadora**, que teve como marca, a realização dos seminários de teorização organizados pelo CBSIS; 2) a **Intenção de Ruptura**, onde observamos o aguçamento de uma perspectiva crítica na profissão, especialmente nos anos de 1980, mas também, anteriormente, com as técnicas de intervenção, como o “Método BH”; e 3) a **Reatualização do Conservadorismo**.

Ao tratar do último, o autor pontua que uma das características dessa Reatualização, é o caráter acadêmico que o mesmo apresenta – recordemos, que o avanço dos programas de pós-graduação em Serviço Social, inicia nas Pontifícias Universidades Católicas (PUC's), ainda nos anos de 1970, produzindo dissertações e teses de sumária relevância para o debate profissional – nesse

espaço, alguns temas como autodeterminação, teorias de desenvolvimento social e novas práticas de trabalho com os sujeitos, indicam o esforço dos autores para fomentar a produção de conhecimento técnico e científico para a profissão, em constante desenvolvimento.

Entre as teses em questão, estão a da professora Ana Maria Braz Pavão (O princípio de Autodeterminação no Serviço Social) e a da professora Anna Augusta de Almeida (Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social), que refletem o anseio de prosseguir com a modernização da profissão no país.

Em relação à tese de Almeida (1978), que ao estabelecer um nexu entre a fenomenologia, personalismo o neotomismo, evidencia um dos argumentos centrais, que justifica a classificação dada por Netto (2011), como Reatualização do Conservadorismo, a saber, o caráter incompleto e fragmentado de inserção da fenomenologia como técnica de análise, bem como a articulação com o “Neotomismo”, corrente filosófica que balizou a atuação das primeiras assistentes sociais, ainda nas décadas de 1930 e 1940.

No texto a autora propõe uma metodologia para atendimento das demandas apresentadas pelo sujeito. Esse caminho metodológico propõe que cada passo interventivo seja nutrido com uma concepção técnica, que instrumentalizava o profissional, na atuação com o seu “paciente” ou “cliente”. Todos esses elementos vão se conformando no diálogo, cabendo ao assistente social, estabelecer parâmetros avaliativos psicossociais, para concepcionar à situação do indivíduo atendido (ALMEIDA, 1978).

Dessa forma, a crítica feita ao positivismo lógico e a busca de uma nova proposta, que tivesse como centro de intervenção o indivíduo, fez com que a autora sistematizasse um esquema tático, que priorizava três elementos centrais: **diálogo**, **pessoa** e **transformação social**, como direção para essa “Nova Proposta”, que para Almeida (1978, p. 116) “[...] é uma metodologia genérica pensada a partir da descoberta, no processo de ajuda psicossocial, na consciência entre concepção de realidade ou de uma de suas partes e os projetos humanos e sociais na sua situação humana, histórica e concreta”.

4. AVANÇO DO CONSERVADORISMO: A URGÊNCIA DA ANÁLISE CRÍTICA

A aproximação do Serviço Social com a teoria marxista se deu a partir do processo que se desenvolveu durante os anos 1960 – que abruptamente foi interrompido pelo golpe empresarial-militar (1964).

(...) ao projeto de ruptura impunha-se um formidável trabalho teórico-metodológico. Tratava-se tanto da crítica aos substratos do tradicionalismo quanto da apropriação de um arcabouço diferente – e isto, recorde-se em uma profissão desprovida de acúmulo no domínio da elaboração e da investigação (NETTO, 2002, p. 251).

A perspectiva de mudança na profissão se deu em todos os seus âmbitos: teórico-metodológico, concepção e intervenção profissional e na formação. As Universidades tiveram importante papel, inclusive durante a vigência da ditadura. Porque: a) resgata os processos de ruptura em formulações latino-americanas; b) avança em elaborações com uso de fontes originais; c) espraia para a categoria profissional (Congresso da Virada 1979).

O Método BH configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas (NETTO, 2002, p. 275). Conforme o mesmo o autor, esse método expressa um “Marxismo sem Marx” “combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade.” (NETTO, 2002, p. 288).

Netto (2002) destaca o texto de Marilda Iamamoto “Legitimidade e Crise do Serviço Social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão” como importante contribuição

(...) ela consiste no primeiro tratamento rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na

perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes dessa apreensão, pela sua natureza mesma, inletem os rumos do debate profissional, qualificando-o teórico e politicamente. Neste sentido é que se pode afirmar que, com a elaboração de Yamamoto, a vertente da intenção de ruptura se consolida no plano teórico-crítico (NETTO, 2002, p. 301).

(...) o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, operado sob a autocracia burguesa, configurou a emergência de um quadro profissional sintonizado com as realidades sociopolíticas e ideoculturais da sociedade brasileira que ultrapassou as constrições do ciclo autocrático burguês. Laicizado e diferenciado, o Serviço Social que atravessa os anos oitenta – com muito mais fidelidade que em qualquer outro momento da sua história no Brasil – expressa a complexidade e a diferenciação pertinentes à contemporaneidade da sociedade brasileira (NETTO, 2002, p. 307).

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) trazem que o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Esse entendimento expressa uma ruptura com a perspectiva conservadora da questão social. “A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando no capital” (NETTO, 2002, p. 46).

Atualmente, o desafio posto para o Serviço Social é o de enfrentar o entendimento de que há uma “nova questão social”. Essa compreensão tende a retirar a centralidade da análise do sistema capitalista e da geração de riqueza, e contraditoriamente, de miséria. Não podemos perder de vista que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2002, p. 45). Ou seja, a fragmentação e esfacelamento das categorias é o movimento da pós-modernidade que se apropria de categorias marxista para deslegitimar o pensamento moderno, retomar o conservadorismo e produzir um processo de “direitização da política”.

Teixeira e Braz (2009), afirmam que o nos tempos atuais o projeto profissional do Serviço Social vem sendo fortemente tensionado pelos rumos

neoliberais e pela reação conservadora que está se constituindo no interior da profissão.

Pode se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 1970. Esse mesmo projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 13).

Nos anos 2000 os autores afirmam que esta em curso dois processos inter-relacionados: a) a continuidade da consolidação do projeto ético-político; b) as ameaças sofridas pelas políticas neoliberais e a repercussão para a categoria profissional a partir da reatualização de práticas conservadoras. Além desses processos, os autores destacam que prevalece no campo ideocultural a impossibilidade de superação do capitalismo e de alternativas viáveis para superá-lo.

Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos. A pós-modernidade expressa esse caldo de cultura e pode ser considerada a base ideocultural, ou as “expressões ideoculturais da crise capitalista” na interpretação de Simionato (1999), sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 14).

As teorias pós-modernas refletem a crise do marxismo, que de acordo com Netto (1995) é resultante da crise que envolve o campo socialista. Conforme suas palavras essa crise nega a possibilidade de um padrão societário embasado na ausência do mercado, da propriedade privada, da divisão social em classes. A identificação estabelecida entre as sociedades pós-revolucionárias e a transição socialista é utilizada para deslegitimar ideologicamente o projeto socialista, bem como, ainda de acordo com Netto (1995), a identificação ideológica entre o socialismo real com o marxismo serve para desqualificar a obra teórica de Marx.

Além desses determinantes superestruturais, Teixeira e Braz (2009) destacam que a crise estrutural do capitalismo, a partir dos anos de 1970, operaram importantes alterações no processo de produção, nas formas de extração de mais valia, nas formas de controle da força de trabalho. Essas mudanças exigem uma inovação político-institucional dos Estados e nas formas como respondem às demandas da classe trabalhadora. No que diz respeito ao Serviço Social os autores afirmam que essas mudanças recaíram de forma

nefasta sobre os usuários das políticas sociais, sobre os direitos e sobre as precárias condições de trabalho dos/das assistentes sociais.

Assim sendo, os ideários neoliberais defendiam a transformação do papel do aparelho estatal. Para tanto, seria necessária uma restrição quanto a intervenção nas relações sociais e, portanto, na coisa pública. Tal conjuntura e novas configurações resultaram em uma fragilidade da crítica com reflexos na organização e consciência de classe, no mundo do trabalho e consequentemente na questão social. De acordo com (Antunes, 2009, p.17):

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um contingente de trabalhadores em condições desempregadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

A pobreza, diante disto tem sido uma das grandes preocupações e os principais receptores do combate a superação da pobreza são os países latino-americanos, que estabelecem então, propostas de luta e campanhas de enfrentamento, com o discurso de que os indivíduos tenham acesso a um padrão de vida mínimo.

A solução para enfrentamento de tal realidade, segundo a perspectiva neoliberal seria investir no pobre para que este tenha rendimento, incentivá-los ao empreendedorismo, por exemplo. Ou seja, seria primordial estimular o mercado par a oferta de novas oportunidades, incentivar o empoderamento, descentralizando o poder. E promover segurança. Ao Estado, nesta conjuntura caberia sair de cena e deixar o privado atuar.

No Brasil, a presença do neoliberalismo justifica-se com incentivo a transferência de renda, má governança, análise de políticas sociais por meio de relações interpessoais. Criam-se processos ideológicos para justificar o pensamento neoliberal, mistificando assim, sua estrutura e a do capitalismo. Há

um deslocamento na contemporaneidade para a questão da corrupção e culpabilização dos sujeitos.

A realidade contemporânea é contraditória e difícil de ser desvelada. Há desconstrução do discurso de classe e da perspectiva marxista, retorno a questões que já eram tidas como superadas, como a análise da questão social como questão moral, mistificando as estratégias do sistema capitalista e dificultando o acesso às políticas sociais como direito.

Diante do exposto, é verificável que a questão social está diretamente relacionada ao pauperismo, mas, também às lutas desencadeadas pelas classes trabalhadoras e ou subalternas. Entretanto, para compreender ou analisar a totalidade destas conjunturas, o enfoque no capitalismo é imprescindível.

Portanto, o contexto exige a necessidade de criar formas de desvelar a verdade concreta dos fatos, a artimanha de articulação entre uma classe cada vez mais heterogênea com coerência de fundamentos. Enfrentar o Estado classista que vem atuando ideologicamente e coercitivamente, é primordial, para tanto, devemos desconstruir discursos, principalmente os neoliberais conservadores, e ainda, resgatar formas de lutas originais da classe trabalhadora, para criar estratégias de defesa.

Diante dessa problematização, entendemos ser urgente o reforço e adensamento das análises críticas. Encerramos essa seção com importantes questionamentos em relação ao projeto ético-político que merecem ser estudados pelo Serviço Social com empenho: Há a hegemonia do projeto ético-político? Há uma direção social estratégica na profissão? Como o sincretismo impacta em sua consolidação? Há elementos subjetivos? Há divergências? A partir dos elementos trazidos até aqui é possível chegar a algumas respostas, mas os questionamentos continuam em aberto. O que se percebe, portanto, é que no interior da profissão há uma constante disputa, no que se refere, ao entendimento e enfrentamento das expressões da Questão Social e que não há de fato uma superação nas análises e intervenções positivistas e fenomenológicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando para as notas conclusivas é importante enfatizar ainda, que a determinação questão social não nasceu de Marx e sim dos burgueses. Sua gênese teórica é a desigualdade social. Neste sentido, não existe capitalismo sem questão social e vice e versa. Visto que o desenvolvimento do capitalismo trouxe novas necessidades. Questão social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo, mas, ela tem singularidades e particularidades.

A questão social é fundante do Serviço Social. Para entender essa relação é necessário entender o processo político, transformações econômicas e sociais, buscar superar nossa debilidade de acúmulo sobre a formação sócio-histórica brasileira, enfim, compreender heranças locais e regionais. Com intuito de desvelar o contraditório.

A compreensão do significado do Serviço Social só é possível ser desvelada se incluída no processo de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas, bem como da correlação de forças sociais em disputa quando de sua legitimação como profissão. A legitimidade da prática do Serviço Social institucionalizada e legalmente reconhecida como profissão é resultado do movimento processual de desenvolvimento da sociedade capitalista e da exacerbação das contradições a ela inerentes, materializada e expressa na questão social (CEOLIN, 2014, p.243).

A relação entre Serviço Social e Questão Social não se dá diretamente. Mas, pela articulação e organicidade com as lutas sociais, por meio da formulação de políticas sociais e pela capacidade de formular e desvendar o real. A questão social não é senão reflexo do processo de formação e desenvolvimento da classe operária, e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005).

O assistente social pode contribuir no processo de socialização do poder, ele tem um papel político-ideológico, pode contribuir tentando desenvolver um pensamento crítico que tenha aderência com a realidade. Todavia, ressalta-se que uma profissão não pode superar a questão social, essa função pertence à luta da “classe que vive do trabalho”. A categoria desses trabalhadores tem um caráter contributivo importante, mas, não são revolucionários devido a sua condição de trabalhador assalariado.

Porém, em muitos avanços, retrocessos! A consolidação do neoliberalismo, como direção política e econômica, o retorno das ideias neofascistas e neonazistas, deixam um futuro sombrio para as classes trabalhadoras.

Assim, na sociedade contemporânea acompanha-se uma agudização das expressões da Questão Social. Que explicitamente está relacionada á intensificação da contradição capital/trabalho e desenvolvimento de estratégias para maior exploração da força de trabalho. A Questão Social não é, mas, se expressa, suas expressões demonstram a heterogeneidade e tensionamentos vivenciados pela classe trabalhadora.

A retórica das privatizações, criminalização da pobreza e dos pobres, a barbárie socioambiental e humana, bem como, o avanço dos cortes de orçamento para o campo social, norteiam a cena contemporânea no Brasil, mas também no mundo. Não podemos esquecer que ainda vivemos sob a égide do Imperialismo norte-americano, que dita regras, costumes e práticas para a periferia capitalista. Agrega-se a isso, as novas formas de pensar a Questão Social, sobremaneira nas ponderações sobre uma “nova” Questão Social, que na verdade não há esse elemento “novo”, mas novas expressões da Questão Social que se complexificaram devido à mundialização do capital, o novo complexo de reestruturação produtiva, as mudanças políticas-institucionais do Estado e as alterações no mundo do trabalho.

Findamos o texto aludindo que a Questão Social está intrinsecamente relacionada à luta de classes, mas, também ao desenvolvimento do sistema capitalista. Enfrentar a estrutura desse sistema é imprescindível.

Seguiremos na luta!

6. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_Diretrizes_Curriculares.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

ALMEIDA, A. A. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 11. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAPALBO, C. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. São Paulo: Âmbito Cultural, 1987.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 17. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2005.

MOTA, A. E. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. **Argum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18217>>. Acesso em: 14 maio 2018.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 41-49.

_____. **Ditadura e Serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época).

PEIXOTO, A. J. Pessoa, existência e fenomenologia: notas sobre as concepções do personalismo de Emmanuel Mounier. **Rev. Filosofia**, Curitiba, v. 22, n. 31, p. 455-468, jul./dez. 2010.

TEIXEIRA, J. B. e BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

VOZA, P. Intelectuais orgânicos. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.